

**- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 23
10/09/04 - 16/09/04**

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, (UNESP), *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

FMI comentou a criação de linha de crédito para países em desenvolvimento

O Fundo Monetário Internacional (FMI) deu sinais de apoio à proposta brasileira de criar uma linha de crédito emergencial para países em desenvolvimento com boa conduta fiscal. A medida, destinada àqueles que se encontram em crises momentâneas, ainda necessitaria de amplo consenso entre os membros do Fundo. (*Folha de S. Paulo – Dinheiro – 10/09/04*).

Autoridades brasileiras e argentinas chegam a maior entendimento

Discussões entre autoridades brasileiras e argentinas, ocorridas recentemente, priorizaram a coordenação de suas cadeias produtivas, uma vez que a coordenação macroeconômica anteriormente pretendida seria difícil, devido às disparidades entre ambas economias nacionais. A situação poderia ser ilustrada pela desaprovação brasileira da proposta argentina de adotar salvaguardas emergenciais para compensar prejuízos com desequilíbrios macroeconômicos entre os países. Desta forma, o Brasil estudará a redução do índice de nacionalização para a compra de automóveis financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para que peças argentinas entrem na composição, amenizando tensões quanto à integração no setor automotivo, já apontadas por declarações do presidente argentino. Além disso, o ministro brasileiro Luiz Fernando Furlan propôs que cada um dos países controlasse a comercialização do produto que sua empresa melhor industrializa.

Atingiu-se, segundo o ministro argentino Roberto Lavagna, maior entendimento quanto aos investimentos da Petrobrás na Argentina, incluindo a ampliação do gasoduto San Martín, e houve maior compreensão de quais são as questões que os principais parceiros do Mercosul têm pela frente. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 10/09/04; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 11/09/04; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 12/09/04; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 14/09/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 10/09/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 11/09/04; O Globo – Economia – 09/10/04).

UE e Mercosul reabriram possibilidade de acordo até outubro

O comissário do Comércio da União Européia (UE), Pascal Lamy, reuniu-se com os ministros brasileiros Celso Amorim, das Relações Exteriores, Roberto Rodrigues, da Agricultura, e Luiz Fernando Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no dia 12 de setembro. As negociações Mercosul-UE estavam paralisadas desde agosto, pois o Mercosul não concordava com a apresentação das ofertas da UE em etapas. Na reunião, decidiu-se que os negociadores de ambos reunir-se-iam a partir do dia 13 de outubro em Bruxelas e que as propostas completas dos dois blocos serão apresentadas no dia 20 de outubro. Os europeus exigem melhor definição das ofertas para compras governamentais, investimentos e serviços, enquanto que o bloco sul-americano quer melhores ofertas em termos de acesso a mercados, principalmente no que tange a produtos agrícolas. Lamy e Amorim afirmaram que os blocos estão dispostos a fazer concessões para a aprovação até outubro, quando os negociadores europeus serão sucedidos, mas os técnicos do Mercosul já expressaram a possibilidade de espera até o ano que vem, para um acordo mais vantajoso. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 11/09/04; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 13/09/04; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 14/09/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 10/09/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 11/09/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 13/09/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 14/09/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 15/09/04; O Globo – Economia – 13/09/04).

Zapatero afirmou apoiar Lula na luta contra a fome mundial

O primeiro-ministro da Espanha, José Luís Rodríguez Zapatero, afirmou, no dia 12 de setembro, apoiar a campanha do presidente brasileiro contra a fome mundial. Zapatero convocou as forças européias a ter papel mais ativo nos assuntos internacionais, enfatizando o combate a pobreza no mundo. No dia 20 de setembro, o primeiro-ministro espanhol, o presidente chileno, Ricardo Lagos, o presidente francês, Jacques Chirac, o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, e Lula encontrar-se-ão na sede da ONU, em Nova Iorque, para tratar da campanha. Os cinco propõem uma aliança mundial com o objetivo de alcançar a meta proposta pela ONU de reduzir à metade o número de famintos e subnutridos

até 2015. Brasil e França propuseram que os países ricos desviem 0.7% de seu produto interno bruto para ajudar os países necessitados. O presidente dos EUA, George W. Bush, não reconhece a meta dos 0,7% e está pressionando por soluções através do setor privado. (Folha de S. Paulo – Brasil – 13/09/04; O Globo – País – 14/09/04).

Países da América do Sul discutiram segurança e defesa

Ministros da Defesa dos países da América do Sul reuniram-se no dia 13 de setembro para tentar definir posições comuns sobre a defesa e a segurança da região, que serão levadas à cúpula de ministros de todos os países americanos prevista para novembro, em Quito, Equador. Nestes encontros, seguindo proposta apresentada pelo ministro da Defesa argentino, Jorge Pampuro, no dia 10 de setembro, o Mercosul poderá criar uma secretaria comum de temas militares, criando um órgão permanente de defesa que unifique as forças armadas da região e garanta maior controle das fronteiras. (Folha de S. Paulo – Brasil – 13/09/04; O Estado de S. Paulo – Internacional – 13/09/04).

Primeiro-ministro japonês visitou o Brasil

O primeiro-ministro japonês, Junichiro Koizumi, chegou ao Brasil no dia 14 de setembro em visita oficial. A visita, a convite do governo brasileiro, foi motivada pela preocupação japonesa com possíveis acordos de livre comércio do Brasil com a União Européia (UE) e com os Estados Unidos, diminuindo a competitividade dos produtos japoneses no país. Pretende-se iniciar as discussões sobre um futuro acordo de livre comércio entre o Japão e o Mercosul. O Japão tem interesses na redução de tarifas sobre automóveis, máquinas e eletroeletrônicos, bem como na abertura das compras governamentais. O Itamaraty afirmou que as produções de etanol e energia são áreas a serem exploradas, já que o país mantém uma grande preocupação com o meio ambiente e com a garantia de fornecimento de combustível. Uma iniciativa anunciada pelo presidente Lula foi a criação de um comitê bilateral, composto por cinco membros de cada país, com o objetivo de definir uma agenda de integração que posteriormente será discutida durante a visita presidencial ao Japão, prevista para o próximo mês de abril de 2005. O modelo de comitê é o mesmo adotado pelo México há cerca de três anos, como iniciação do processo de discussão da área de livre comércio com o Japão, que será assinado no próximo dia 17. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 14/09/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 13/09/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 15/09/04; O Globo – Economia – 14/09/04; O Globo – Economia – 15/09/04; O Globo – Economia – 16/09/04).

Criado o Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul



Realizou-se, em 13 de agosto, a instalação do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul, em Assunção, Paraguai. Trata-se de ato emblemático na consolidação institucional do bloco e no fortalecimento de sua integração jurídica. O tribunal, agora instalado, foi criado pelo Protocolo de Olivos (em vigor desde janeiro de 2004), que estabeleceu novo e aperfeiçoado sistema de solução de controvérsias. Segundo esse mecanismo, o tribunal permanente tem dupla função: atua como órgão de revisão ou instância recursal, em relação às decisões dos árbitros *ad hoc*, ou como instância única e final, por acordo entre as partes; e também como instância consultiva do Mercosul, podendo ser provocado pelos tribunais superiores de Justiça dos Estados membros e outros órgãos integrantes da estrutura institucional do bloco. Outra importante inovação trazida pelo Protocolo de Olivos, já devidamente regulamentado e em plena vigência, foi a previsão das reclamações de particulares. Notou-se a ausência dos presidentes da Argentina e do Uruguai ao ato de instalação da Corte Permanente do Mercosul. (O Estado de S. Paulo – Economia – 13/09/04).

Brasil fará acordos sobre igualdade racial com países africanos

Em palestra realizada durante o seminário “A interseção das desigualdades de raça e gênero”, a ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Social, Matilde Ribeiro, afirmou que o governo pretende assinar, até o fim do ano, quatro acordos com países africanos para a realização de projetos que promovam a igualdade racial. Um dos projetos já foi assinado com Moçambique na semana passada. (O Globo – País – 14/09/04).

Uruguai assina tratado que “irrita” negociadores brasileiros

Na semana passada, a despeito das orientações do Brasil, atual presidente do Mercosul, o Uruguai assinou um acordo de investimento com os Estados Unidos que, segundo fontes extra-oficiais, tem os mesmos moldes do Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte). O acordo, que ainda precisa ser aprovado pelo Congresso uruguaio, tem o caráter de valer mais que a legislação nacional e vem sendo criticado, pois sua assinatura realizou-se pouco tempo antes do ex-presidente Jorge Batlle deixar o poder. As eleições uruguaias ocorrem no dia 31 de outubro, e o candidato mais forte à presidência, Tabaré Vasquez, já recebeu o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e apóia o Brasil nas questões relacionadas à Alca. Os negociadores brasileiros, na tentativa de impedir o acordo, analisarão a resolução do Mercosul, assinada em junho de 2001, que impede que os países do bloco firmem acordos bilaterais em separado. (O Globo – Economia – 15/09/04).

Embaixador americano diz que Alca está viva

Durante almoço, no dia 14, na Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, John Danilovich, afirmou que o processo de formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) continua vivo, apesar do prazo estipulado, janeiro de 2005, ser muito otimista. Danilovich citou as eleições presidenciais norte-americanas como fator para a lentidão das negociações, e ressaltou a visita ao Brasil do co-presidente da Alca, Peter Allgeier, na próxima semana, como parte das últimas. O embaixador também destacou a flexibilidade das negociações da Alca como uma vantagem em relação ao acordo a ser firmado entre Mercosul e União Européia. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 14/09/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 15/09/04).

Brasil prepara lista de retaliação aos Estados Unidos

Apesar da improbabilidade de que uma retaliação contra os Estados Unidos seja realizada, o Brasil elaborará uma lista de produtos importados dos Estados Unidos que poderão sofrer sanções no valor de US\$ 3 milhões por ano. A lista é um método de praxe da Organização Mundial do Comércio (OMC), organismo que autorizou ao Brasil e a outros sete países a retaliação, em cerca de US\$ 150 milhões, devido a legislação antidumping norte-americana que permitia que a receita obtida com a aplicação destes direitos fosse revertida para as empresas reclamantes. A decisão de aplicar ou não essa lista de isenções cabe aos ministros que fazem parte da Camex (Câmara de Comércio Exterior), e o Brasil, seguindo seu costume de não aplicar retaliações, estuda a possibilidade de utilizar este direito para negociar outras questões comerciais, como a imposição de sobretaxa antidumping, de cerca de 70%, aplicada ao camarão brasileiro. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 14/09/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 15/09/04; O Globo – Economia – 15/09/04).

Lula defendeu integração no Encontro Brasil-Venezuela

Durante discurso realizado, dia 15, no encerramento do 5º. Encontro Brasil-Venezuela, em Manaus, o presidente brasileiro criticou a burocracia, que segundo ele, impede a integração política, econômica e social da América Latina. Lula propôs que os presidentes sul-americanos combatam conjuntamente os entraves técnicos nos acordos e de equilibrem as balanças comerciais por meio dos mesmos, e conclamou os empresários venezuelanos a investirem no Brasil, bem como os brasileiros no país vizinho. O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, por sua vez, agradeceu o apoio dado pelo Brasil no referendo nacional ocorrido na Venezuela. (Folha de S. Paulo – Brasil – 15/09/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/09/04; O Globo – O Mundo – 16/09/04).

